



Prefeitura Municipal de Santa Cruz das Palmeiras

Estado de São Paulo



SAAMA - Seção de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente

PROTOCOLO Nº _____/_____/_____

Registrado em ____/____/____

ENCARREGADO

EXMO. SR. PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS			
Nome completo		Nº do CPF	
Nº do RG	Endereço de domicílio		
Fone	WhatsApp	Email	
Endereço do imóvel		Nº cadastro do imóvel	Identificação <small>(espaço a ser preenchido pela Prefeitura)</small>
<p>Vem, respeitosamente perante V. Exa., nos termos da Lei nº 2.469/2022, e Decreto nº. 87/2024, Requerer desconto de IPTU do imóvel acima identificado, referente a:</p> <ul style="list-style-type: none"><input type="checkbox"/> I - Sistema de captação e de reúso de águas pluviais.<input type="checkbox"/> II - Sistema de captação de águas residuais servidas pela rede pública proveniente do próprio imóvel.<input type="checkbox"/> III - Sistema de energia fotovoltaica.<input type="checkbox"/> IV - Sistema de aquecimento hidráulico solar.<input type="checkbox"/> V - Material sustentável de construção.<input type="checkbox"/> VI - Área permeável não degradável.<input type="checkbox"/> VII - Coleta seletiva de materiais recicláveis.<input type="checkbox"/> VIII - Horta.<input type="checkbox"/> IX - Lixeira elevada de chumbar na calçada.<input type="checkbox"/> X - Telhado Verde.<input type="checkbox"/> XI - Adotar uma Praça.<input type="checkbox"/> XII - Calçadas verdes com espaço árvore. <p>Termos em que, Pede deferimento.</p>			
DECLARAÇÃO/TERMO DE RESPONSABILIDADE			
<p>DECLARO para os devidos fins de direito que as informações acima são verdadeiras. RESPONSABILIZO-ME pela exatidão e veracidade das mesmas, ciente de que, se falsas as declarações, estarei sujeito às penas da lei:</p> <p>CRIME DE FALSIDADE IDEOLÓGICA CÓDIGO PENAL - ART. 299: "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: PENA - Reclusão de um a cinco anos e multa se o documento é público..." Parágrafo Único: Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.</p>			
Data	Assinatura		